

UM IMPERADOR NO SERTÃO: *ANGÚSTIA* E O LEGADO DE *CARLOS MAGNO*

Fernando de Sousa ROCHA*

- **RESUMO:** Em *Angústia*, romance de Graciliano Ramos de 1936, a *História do Imperador Carlos Magno e dos doze pares de França* aparece como leitura de Camilo, pai do protagonista. Este artigo analisa a *História do Imperador Carlos Magno e dos doze pares de França* como sendo indicativa do legado linguístico com o qual Luís da Silva, o protagonista do romance de Graciliano Ramos, deve se defrontar. Tal legado visa a uma transição de um mundo determinado pela ação a um universo letrado.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Fala. Escrita. *História do Imperador Carlos Magno*. Legado. *Angústia*.

Terceiro romance de Graciliano Ramos, *Angústia* (1936) narra a decadência de uma família de terra-tenentes, pela qual um herdeiro, Luís da Silva, se vê alienado da posição social que seu avô ocupava, bem como da maneira como as trocas linguísticas estavam ligadas ao universo físico e às ações que o mantinham ou modificavam. À época de seu avô, o que era dito se realizava concretamente, com a ajuda de outros agentes, outros corpos e forças, sendo o processo que levava do dito ao fato indicativo do comando que o falante tinha sobre outros agentes dentro de seu grupo social (ou até mesmo fora dele). Diferentes vozes podem ser identificadas como representantes desse universo comunicativo: a do vaqueiro, a do coronel, ou da rezadeira. E da mesma maneira que a fala se tornava visível por meio de sua materialização no universo físico, as inscrições também se revelavam como marcas públicas, facilmente notáveis: cicatrizes sobre o corpo, como no lombo do escravo açoitado, ou incisões em um rifle para contar o número de vítimas do jagunço. Dispositivos da memória, pois registram atos, tais marcas devem ser lidas como signos da posição social e poder do falante. Entretanto, já que a decadência vai de encontro com a manutenção de poder, implícita no modo de comunicação que poderíamos identificar como “fala-ação” (ou seja, a fala levaria necessariamente a uma ação dentro do mundo físico), *Angústia* constitui-se também numa narrativa que enfatiza a questão do legado e da herança. Afinal de contas, há que levar em conta a maneira como uma posição social dominante passa de uma geração a outra e, acima de tudo, como um herdeiro pode (e deve) conciliar o que lhe é passado

* Middlebury College – Departamento de Espanhol e Português. Middlebury – VT – Estados Unidos. 05753 – frocha@middlebury.edu

pelo sangue com seus próprios feitos. No entanto, o que acontece, como no caso de Luís da Silva, quando o herdeiro não pode ser herdado?¹ E, se isso de fato procede, que tipo de legado poderia o suposto herdeiro reivindicar como seu? A *História do Imperador Carlos Magno e dos doze pares de França* fornece, a meu ver, indicações sobre o legado linguístico de Luís da Silva em *Angústia*.²

Em suas notas, Luís da Silva não deixa dúvidas quanto ao fato de seu avô ser o antepassado com o qual busca manter uma linhagem, embora talvez seja mais exato dizer que Silva era herdeiro tanto de Trajano como de sinhá Germana, como ele mesmo admite: “Descendo de sinhá Germana, que dormiu meio século numa cama dura e nunca teve desejos” (RAMOS, 1997, p.183). No casal Trajano-Germana, com sua explícita divisão sexual do arcabouço familiar, futuros herdeiros encontrariam uma síntese das relações de poder e da estrutura de seu universo social. Tal privação de uma voz e desejo próprios significava que apenas uma voz, um desejo expressava-se e tinha o direito de vir a ser fruído na possessão de outros corpos. A avó Germana, “[...] doente ou com saúde, quisesse ou não quisesse, lá estava pronta, livre de desejos, tranquila, para o rápido amor dos brutos.” (RAMOS, 1997, p.102). Diferentemente de Trajano, que tinha empenhado a negra escrava de sua fazenda, sinhá Germana havia conhecido apenas um homem, Trajano, um só desejo, garantindo assim a sucessão familiar.³ Se Trajano estendia a parentela de sua família (e, portanto, seu poder) engendrando filhos bastardos, ao possuir o corpo de sinhá Germana – sua vagina, seu útero –, o dono de escravos e terras assegurava a concentração do poder adquirido nas mãos de um único homem, seu filho legítimo: Camilo, pai de Luís da Silva. É justamente essa concentração de poder por intermédio de filhos legítimos, de uma família estendida em parentelas, e de uma divisão sexual do universo social – paralela à divisão entre aquele que diz o seu desejo e aquele que deve cumprir o desejo do outro ou deixar que esse se cumpra – que Luís da Silva deveria ter herdado.⁴ No entanto, não o poderia ter feito por si só, já que não é filho de Trajano. Essa concentração de poder, Luís deveria tê-la recebido das mãos de Camilo, pela relação de seu próprio pai com sua herança, o que se daria, na verdade, por meio das incursões de Camilo na leitura e no universo ficcional.

¹ A noção de que um herdeiro deve ser herdado (isto é, tomado ou incorporado) pela própria herança é proposta por Pierre Bourdieu (1996, p.11).

² Uma menção ao *Carlos Magno* já aparecera em *Caetés*, romance de 1933, sendo identificado como leitura dos matutos, que mandam os filhos ser domesticados, esse é o termo usado pelo personagem Nazaré, “a palmatória e a murro.” (RAMOS, 1994, p.81). A aprendizagem da leitura e da escrita, ainda dentro dessa veia um tanto quanto cética, leva apenas à falsificação de cartas e assinaturas.

³ A afirmação de Luís da Silva de que descende de sinhá Germana aponta para o fato de que, vindo de um universo dividido entre aqueles que falam/mandam e aqueles que executam/obedecem, Luís corre sempre o risco de cair para um lado ou para o outro. Descender de sinhá Germana, nesse sentido, sugere que Luís é aquele que se rende passivamente ao desejo do Outro tanto quanto o oposto residiria em sua ligação com Trajano.

⁴ Sobre a questão da parentela e sua relação com o mandonismo, ver Queiroz (1976).

Como segunda e terceira gerações de membros de uma família de terra-tenentes (e antigos donos de escravos), tanto Camilo como Luís poderiam ter reforçado os laços necessários entre o poder do dono de terras com o poder que o homem de letras – inserido nos campos da lei, da literatura e da política – exercia em razão de seu domínio do sistema no qual a lei escrita funcionava. À diferença dos laços que Luís cria (concreta ou imaginariamente) com o universo que deveria herdar de seu avô, os que Camilo estabelece com o ambiente rural de trabalho manual são bastante característicos de um filho de terra-tenente. Apenas em ocasiões especiais é que Camilo mais uma vez demonstra suas habilidades como vaqueiro, assim confirmando sua autoridade sobre os outros vaqueiros, os verdadeiros trabalhadores da fazenda: “Em dias de pega Camilo Pereira da Silva desenroscava-se, vestia o gibão, calçava as perneiras. [...] Assim paramentado, Camilo Pereira da Silva andava emproado como um galo, e as rosetas das esporas de ferro tilintavam.” (RAMOS, 1997, p.76). A *performance* de Camilo, quase litúrgica mas também ridícula e infantil, constitui uma demonstração de poder sobre o animal e sobre a animalidade que circunda o sujeito humano num entorno rural, provando sua superioridade e seu direito à posição dominante dentro da estrutura que governa a fazenda e seu universo social. Nesse sentido, brincar de boi, como Luís da Silva o fazia, poderia também ser parte de um processo de crescimento cujo objetivo final é ocupar essa posição social de dono de terras e gentes, desde que, em algum momento dessa trajetória, um distanciamento começasse a se operar entre o sujeito e aquilo (ou quem) se sujeita a ele, como o boi. Tal distanciamento deveria se dar, em parte, por meio da palavra escrita, que poderia ter salvado Camilo e Luís da completa ruína se eles tivessem sido capazes de tirar partido do capital simbólico proveniente do *status* de descendente de uma oligarquia rural, ocupando assim posições privilegiadas dentro da nova ordem social que emergia com o esfacelamento da República Velha. As relações entre o poder terra-tenente e o letrado são, porém, absolutamente problemáticas em *Angústia*, haja vista as incursões de Camilo pela leitura e as de Luís pela escrita. Seu pai, Luís observa, “parafusou no romance e [lhe] transmitiu [uma] inclinação para os impressos.” (RAMOS, 1997, p.141).⁵ O legado que Camilo deixa a seu filho, a mediação entre Luís e sua herança, é pois uma imersão no universo das letras, a qual se dá uma vez que o patriarca falece, “numa agonia leve que não queria ter fim.” (RAMOS, 1997, p.13). Com a morte

⁵ O parafuso é símbolo, para Luís da Silva, da falta de inventividade, do caráter maquinal e passivo dos funcionários públicos, ocupação a que se dedica. Enquanto objeto que roda em torno de seu centro, o parafuso reforça para Luís a idéia de uma carência de movimento e mudanças, sua “insolúvel obsessão, [...] eterno retornar aos mesmos pontos.” (MOURÃO, 1971, p.105). E se define, por um lado, “os processos mentais do protagonista”, a metáfora do parafuso também se reflete sobre a própria escrita, que “circula sempre em torno do mesmo motivo”, conforme aponta Lúcia Helena Carvalho (1983, p.23). Em relação à leitura de Camilo, relaciona-se também com as repetições exaustivas encontradas nas histórias de Carlos Magno, que se desdobram num número infinito de relatos de feitos notáveis, o qual um leitor do século XX poderia facilmente sentir como exasperador.

desse, o universo de parentelas, de comunicação do tipo fala-ação e de inscrições físicas também tende a desaparecer, dando vez ao mundo letrado.

Somente depois da morte de Trajano é que Luís e seu pai se mudam da fazenda para um vilarejo adjacente e, aos dez anos de idade, Luís começa a estudar na escola “para desasnar.” (RAMOS, 1997, p.13). De acordo com o pai, o menino “era um cavalo de dez anos e não conhecia a mão direita.” (RAMOS, 1997, p.13). A educação formal deveria, pois, contrabalançar sua animalidade anterior, evitando que se tornasse realmente tão bruto como um cavalo. Ou seja, forçaria uma transição da necidade animal a uma inteligência humana letrada (significativa para o modo como Luís enfrenta o mundo das letras), a qual começa com conceitos dos mais básicos, mas que o menino ignorava: esquerda e direita. Com tal ignorância, o que se põe em risco são também outras noções fundamentais: o certo e o errado, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso. Abestado, incapaz de reconhecer em seu próprio corpo as estruturações do *corpus* social, o menino Luís tampouco seria capaz de desenvolver conceitos derivados dessa oposição primordial (esquerda/direita), tais como destreza (tanto física como intelectual),⁶ lealdade ou proteção, já que o elo que une o sujeito resolutivo em suas ações a seu aliado espacializa-se no próprio corpo, no braço direito daquele que empunha suas armas, real ou metaforicamente. Todos esses são conceitos fundamentais no mundo ficcional de Camilo, as histórias de Carlos Magno, as quais expõem um modelo de apropriação simbólica do legado de Trajano, o mandonismo pelo qual a fala só vale na medida em que é capaz de se traduzir numa ação sobre o mundo físico.⁷

Na *História do Imperador Carlos Magno e dos doze pares de França*, amplamente lida no Nordeste do Brasil até inícios do século XX, Camilo encontraria uma origem, uma afirmação escrita de uma longa tradição que aproxima a suserania europeia do mandonismo nordestino.⁸ “O rei manda” constitui assim noção essencial para a estrutura social representada nas relações entre os personagens, sejam elas entre os pares mesmos ou na vassalagem que os associa ao rei, conforme Roldão recorda ao Duque de Nemé: “Para que os nossos feitos mereçam ser louvados, é necessário fazer o que nos mandão [...]” (HISTORIA..., 1864, p.71).⁹ Mais

⁶ Como compensação fantasmática por não saber distinguir o direito do esquerdo, Luís da Silva, ao recordar seu surto depois de assassinar Julião Tavares, insiste neuroticamente em sua habilidade: “– Sou uma pessoa muito hábil. [...] Uma pessoa muito hábil. [...] Um sujeito hábil.” (RAMOS, 1997, p.216).

⁷ O “mandonismo” no universo sociopolítico é definido como uma forma de dominação, ao mesmo tempo pessoal e arbitrária, que um agente social, devido à posse de recursos fundamentais (a terra, em geral), exerce sobre outros, impedindo seu livre acesso ao mercado e à esfera política (CARVALHO, 1999, p.133).

⁸ Para análises da persistência do ciclo carolíngio na cultura nordestina, ver Biderman (2003-2006), Kunz (2006), Meyer (1995) e Ramalho (2002).

⁹ Nas citações da *História do Imperador Carlos Magno*, mantenho a grafia do texto original.

exatamente, Roldão parece se referir ao fato de que deveriam fazer exatamente como lhes havia sido dito. A seu ver, mesmo que tivessem realizado algo que o próprio Carlos Magno poderia ter ordenado – na narrativa, os pares acabam de matar quatorze reis muçulmanos – e se eximissem, portanto, de qualquer culpa, outras pessoas poderiam apontar-lhes a falta: “nos mandarão fazer uma cousa, e [...] nós fizemos outra” (HISTORIA..., 1864, p.71). O que está em jogo aqui é a honra dos pares, compreendida não somente como o alto respeito e estima de que gozavam, mas, acima de tudo, como a possibilidade de serem reivindicados e se reivindicarem como paladinos do rei, seus mais leais vassalos.¹⁰ E isso eles só poderiam realizar por meio de seus feitos, razão pela qual Roldão não considera reis os reis muçulmanos. Explicando-se ao Almirante Balão, que havia mandado os reis como embaixadores com uma mensagem para Carlos Magno, Roldão afirma: “Os que matámos não erão Reis nos seus feitos [...]” (HISTORIA..., 1864, p.75). Assim como os títulos sociais de coronel ou cangaceiro, os de rei ou par não são definidos pelo que se diz, mas sim pelo que se faz. O avô de Luís, em *Angústia*, só pode conclamar-se Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva, terra-tenente e dono de escravos, porque ele de fato liberta o cangaceiro da cadeia, ao mesmo tempo que José Baía só pode se dizer cangaceiro porque, de fato, permanece calmo, em controle absoluto de seu corpo, ao matar os adversários de seu patrão. Da mesma forma, os reis muçulmanos, para Roldão, só teriam o direito de se dizer reis caso agissem de conformidade com o ser rei.

Isto é, em certo sentido, o laço mais forte entre os pares e o rei, entre os cangaceiros e o coronel. Se os paladinos não agissem exatamente como o rei lhes havia dito, solapavam a autoridade do rei e, portanto, sua reivindicação quanto ao ser rei, já que lhe escapava o que mais o definia: mandar. Por essa razão, desobedecer às ordens do rei vem a ser uma questão de vida ou morte. Quando o rei muçulmano Ferrabraz insulta Carlos Magno, declarando que esse era um covarde sem valor, Carlos Magno espera que um de seus pares o defenda. No entanto, vendo que nenhum deles se prontificava, o rei manda que Roldão lute contra Ferrabraz e, em vista da recusa daquele, o rei ordena que Roldão seja preso e o sentencia à morte. Uma reação tão violenta da parte do rei poderia ser atribuída a características da personagem, uma vez que o rei é descrito como sendo cabeçudo ou inflexível, e até mesmo um tanto quanto irracional. No entanto, como chefe do exército, o rei também responde pela vida e morte da estrutura do grupo social como um todo. Se,

¹⁰ O mandar do rei persiste no universo infantil de Luís da Silva. Recordando uma brincadeira de criança, Luís nota: “– ‘Rei meu senhor mandou dizer que fossem ao cemitério e trouxessem um osso de defunto’” (RAMOS, 1997, p.116). Embora a brincadeira funcione como teste de coragem, ao aceitarem as regras do jogo os participantes reconhecem que aquele que os lidera está imbuído da autoridade que o monarca lhe confere por meio da palavra. “O rei mandou dizer” é uma fórmula linguística que investe o falante de um poder delegado, característico daqueles que podem transformar as palavras em atos e fatos.

por um lado, o respeito que Carlos Magno inspira enquanto conquistador é devido ao fato de que os doze pares eram “tão abalisados no jogo das armas, tão valerosos, e intrepidos, que se fizeram temidos de todas as Nações” (HISTORIA..., 1864, p.viii); por outro, a coesão do grupo depende do poder do rei. Daí os pares estarem sempre impedindo que o rei entre em batalhas, oferecendo-se para lutar em seu lugar, pois sabem que na vida do rei “se encerrava a honra de todo o Exército” (HISTORIA..., 1864, p.170). No campo de batalha, os pares já haviam testemunhado que a morte do rei, como chefe do exército, levava invariavelmente à dispersão das tropas, cujos soldados fugiam para salvar suas próprias vidas.

Ao centro dessa lealdade que vincula os pares ao rei encontra-se também um liame linguístico, traduzível nos verbos “mandar” e “fazer”, que evidenciam os polos do modelo comunicacional da fala-ção. Tanto quanto uma narrativa que reencena um conjunto assaz definido de regras que estruturam o espaço social, a *História do Imperador Carlos Magno* também entretece na narrativa do rei e seus doze paladinos a função da fala e da escrita. Conforme nos sugere a resposta de Roldão ao Almirante Balão, a fala implica uma incerteza – o falante pode ser realmente um rei, conforme diz – da mesma maneira em que o fazer indica uma certeza – o falante é de fato um rei, como suas ações o provam. O contraste entre dizer e fazer, incerteza e certeza, é precisamente o que se descortina na batalha entre Oliveiros e Ferrabraz. Respondendo às declarações de Ferrabraz sobre quem ele é, sua filiação e seus feitos, Oliveiros recorda ao muçulmano que “[...] pelas armas se ha de acabar o [seu] pleito, e não por palavras” (HISTORIA..., 1864, p.30) e, à medida que Ferrabraz continua a lhe fazer perguntas, afirma ser seu contendedor “mais abundante de palavras, que de obras.” (HISTORIA..., 1864, p.32). Não mais uma questão de palavras *versus* ações, no sentido de que o que se diz não corresponde obrigatoriamente ao que se é, a observação de Oliveiros aponta agora para uma relação diferente entre os dois polos (embora não necessariamente desvinculada da anterior): a fala detém a ação. Ao falar constantemente e ao fazer perguntas sem parar, Ferrabraz obstrui, ou ao menos posterga, o resultado final da batalha e, portanto, a revelação de quem é, de fato, um honrado rei, Carlos Magno ou Ferrabraz. Paralisando a ação, a fala ameaça o tecido social, uma vez que, sem ações, não se pode dizer ao certo quem é quem. Diálogos, nesse contexto, representam para o sujeito uma existência instável e precária, já que repousam no discurso do Outro, no que este dá de si ou dos outros em sua fala.

Num universo que depende de feitos, seja o de Carlos Magno ou de Trajano, a escrita também fica reduzida em suas funções: deve expressar, diretamente, o que o falante queria dizer. Ao recontar a história de quando seu avô soltou o cangaceiro da cadeia, Luís da Silva afirma que “Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva soletrou o papel que o homem [um mensageiro de Cabo Preto, líder do bando de cangaceiros] lhe deu [...]” (RAMOS, 1997, p.27). A ideia de que Trajano era quase

analfabeto – uma vez que tinha que soletrar a mensagem, letra por letra, sílaba por sílaba, até que pudesse reconstituir para si mesmo a mensagem que Cabo Preto lhe havia enviado – sugere que a escrita e a leitura tinham pouca serventia para quem, no interior, precisava manter sua posição de terra-tenente e dono de escravos. As trocas sociais mais básicas, que não pudessem se dar oral e pessoalmente, poderiam de todo modo se realizar pelos conhecimentos de leitura e escrita dos mais incipientes, como fora o caso na comunicação entre Trajano e Cabo Preto. No mundo ficcional de Camilo (o das conquistas de Carlos Magno e dos feitos dos doze pares), a escrita também aparece como um meio de passar informação do emissor ou receptor, diretamente. Entremeadas na narrativa, há menções a cartas e até mesmo cópias dessas. Uma vantagem da escrita sobre a fala é que o que foi dito pode ser reproduzido *ipsis litteris*. Mensagens orais, ao contrário, podem mais facilmente ser distorcidas por um lapso de memória ou por interesses pessoais. Quando Carlos Magno envia sete dos pares como embaixadores com uma mensagem para o Almirante Balão, Gui de Borgonha termina o diálogo buscando tranquilizar o rei: “Poderoso Imperador, nós lhe diremos tudo quanto nos mandas dizer, ainda que por esta causa soubesse mos que havíamos de perder as vidas” (HISTORIA..., 1864, p.67). Implícita na fala de Gui de Borgonha está a possibilidade de não se dizer tudo o que lhes fora mandado dizer, já que nas palavras daquele que detém o poder, longe do contato direto com adversários, pode ir também a vida ou morte de seus emissários. Muradas, um dos reis que o Almirante Balão envia como embaixadores junto a Carlos Magno, comenta que não seria uma boa ideia ameaçar o rei na frente dos paladinos, e que, portanto, eles deveriam tão somente pedir a devolução do filho do Almirante em troca dos cinco pares que eles tinham prisioneiros, indo na contramão do que Balão havia-lhes mandado dizer ao rei franco.

Parece haver, no entanto, um pé de igualdade entre mensagens orais e escritas, ainda que aquelas possam ser facilmente modificadas, de acordo com os mais diferentes interesses. Ao menos na primeira parte da *História do Imperador Carlos Magno*, as cartas vêm frequentemente acompanhadas de uma emissão oral da mensagem.¹¹ Ao enviar uma carta a Galafre, governador da ponte de Mantible, o

¹¹ A *História do Imperador Carlos Magno* é composta por três partes. A primeira e a segunda partes constituem traduções, já no século XVIII, da tradução espanhola que Nicolás de Piamonte fizera, no século XVI, do original francês de fins do século XV. A primeira seria de autoria de Jerônimo Moreira de Carvalho e a segunda, segundo Biderman (2003-2006, p.799), teria sido feita por outrem. A terceira parte, só acrescida ao texto original a partir de 1750, seria tradução de texto também espanhol, feita por Alexandre Caetano Gomes Flaviense (BIDERMAN, 2003-2006, p.799). Embora constituída por traduções (e traduções de traduções), a *História do Imperador Carlos Magno*, pela influência que teve (justificando assim sua classificação, por Câmara Cascudo, como um dos cinco mais importantes livros do povo), certamente faz parte da tradição literária luso-brasileira. A *História* estabelece um elo entre campos culturais brasileiros, especialmente o nordestino e o sertanejo, e aquele descrito nos romances e gestas medievais. Para um comentário sobre a gesta de Carlos Magno em galaico-português, ver Martins (1962); e para uma análise do texto de Piamonte, ver Márquez Villanueva (1977).

Almirante Balão entrega-a ao mensageiro ao mesmo tempo que lhe manda dizer ao governador que está muito agastado, pois esse deixara sete pares passarem pela ponte, razão pela qual doravante deveria ser mais cuidadoso e não deixar que isso acontecesse novamente; do contrário, mandá-lo-ia enforcar (HISTORIA..., 1864, p.113). A principal questão aqui é: as mensagens da carta e a emitida oralmente são as mesmas ou diferem? Embora o texto não nos forneça pistas quanto a essa questão, o que podemos afirmar é que as mensagens escritas não são suficientes por si sós. Isso fica mais evidente na segunda parte, quando Bradamante, o embaixador que Galafre, rei de Toledo, envia a Carlos Magno, termina sua fala dizendo: “[...] isto o verás melhor nesta carta” (HISTORIA..., 1864, p.220). Por sua vez, o rei termina sua carta dizendo: “Bradamante meu Embaixador vos informará de tudo [...]” (HISTORIA..., 1864, p.221). Mas como devemos interpretar aqui “melhor” e “tudo”? A meu ver, “melhor” parece sugerir que a carta está escrita de modo que o receptor irá entender a mensagem mais claramente do que quando exposta oralmente. “Tudo”, por sua vez, indica que o mensageiro iria, mais detalhadamente, dar informações que não constavam na carta.

À semelhança de mensagens transmitidas oralmente, o fato de que as cartas não se sustentam por si sós, ao menos não na primeira e na segunda partes, aponta para uma insuficiência da escrita ou até mesmo para sua incapacidade de servir como prova de quem o sujeito falante é, exatamente como se dá na fala oral. Bem no início da primeira parte, Carlos Magno recebe uma carta do Imperador Constantino, pedindo ao rei que libertasse a terra Santa do domínio turco. Com a carta de Constantino, o Patriarca de Jerusalém envia ao rei franco símbolos sagrados, como as chaves do Santo Sepulcro e da cidade de Jerusalém, sem dizer, no entanto, por que o fazia. Nenhuma explicação parecia ser necessária já que os objetos simbólicos eram enviados de um cristão a outro. Qualquer cristão compreenderia imediatamente a importância e mensagem dos símbolos, ou seja, que urgia liberar Jerusalém. Em certo sentido, o Patriarca está respondendo, mesmo que inconscientemente, ao fato de que, como assevera Olson (1994, p.93), uma transcrição escrita apenas captura um aspecto privilegiado da emissão, ou seja, o que é dito mas não como o que é dito pode ser recebido, incluindo o investimento emocional que o receptor tem com relação à mensagem. Após ler a carta de Constantino, Carlos Magno “chorou amargamente” (HISTORIA..., 1864, p.16), reagindo tanto à carta quanto aos símbolos, os quais, no universo carolíngio, não operam da mesma forma como atualmente os entendemos, antes assemelhando-se às relíquias. Estavam investidos do poder de Deus e podiam agir no mundo físico em favor dos cristãos, como quando somente a visão do cofre com as relíquias é suficiente para derrubar ao chão os soldados muçulmanos (HISTORIA..., 1864, p.133).

Na ausência de tal poder, os textos escritos tornam-se vulneráveis às mesmas deficiências encontradas em emissões orais: não podem provar que o falante é realmente quem diz ser. Na terceira parte, Bernardo del Carpio, sobrinho do rei de Astúrias, indigna-se com as palavras de Orlando numa carta, na qual afirmava não haver braço no mundo mais forte que o seu e que venceria em batalha quem dele duvidasse (HISTORIA..., 1864, p.372).¹² Ao ler palavras tão insolentes, Bernardo escreve nessa mesma carta: “– Mente, e o sustento em Campo.” (HISTORIA..., 1864, p.373). A vitória de Bernardo sobre Orlando prova mais uma vez que apenas as ações, não as palavras (sejam elas proferidas oralmente ou pela escrita), servem de prova de quem o falante é, sugerindo, além disso, que mesmo a re-escritura não pode dar conta da verdade. Há na primeira parte uma imagem notável quando Floripes, a filha do Almirante Balão, veste os pares em roupas mouriscas com as bordas, as bocas das mangas e as golas enfeitadas com inscrições. Floripes pergunta então a Oliveiros se ele “sabia lêr aquellas letras, que estavam na roupa” e, ao ouvir uma negativa como resposta, explica que nelas estava “encerrada toda a seita, e lei de Mafoma”, razão pela qual não sabia se devia chamá-lo cristão ou mouro. Em resposta, Oliveiros assevera que “[...] o habito não faz o Monge, e Deos sómente olha a vontade, com que se fazem as cousas.” (HISTORIA..., 1864, p.62). Como se empregasse a mensagem do apóstolo Paulo de que “a letra mata e o espírito vivifica” (BÍBLIA, 2 Coríntios, 3:6), Oliveiros crê numa visão divina que vai além do escrito, pois que se concentra na vontade e não nas letras, tornando-se ainda mais indispensável em seu confronto com o outro. Os infieis não eram analfabetos; muito pelo contrário, pertenciam a uma cultura que, desprovida de imagens sagradas, dependia ainda mais das letras que a cristandade católica. E suas letras falavam de um deus diferente, outras leis e doutrinas.

Embora os cristãos não pudessem fiar-se completamente na escrita, há na segunda parte da *História do Imperador Carlos Magno* vários episódios nos quais chega uma carta, sem que se faça nenhuma menção a uma emissão oral. Carlos Magno recebe uma carta do papa, depois, uma de Astolfo da Inglaterra, e ainda uma outra, de Galiana, filha de Galafre, rei de Toledo (HISTORIA..., 1864, p.302, p.324 e p.327). Nenhuma delas, no entanto, vem acompanhada de uma mensagem oral, o que parece indicar que há uma evolução de uma parte a outra, baseada numa crescente confiança na escrita e numa atenção ao significado literal dos textos, que o desenvolvimento de estratégias de leitura viria a favorecer (OLSON, 1994, p.143-159). Essa capacidade de atenção ao texto vem a ganhar uma importância particular no que diz respeito às relações do sujeito com a Lei, que deveria ser obedecida ao pé da letra. Oliveiros observa, em sua batalha contra Ferrabraz, que preferiria ter seu corpo despedaçado, membro por membro, pedaço por pedaço, que

¹² Seguindo as versões italianas do ciclo carolíngio, na terceira parte Roldão (ou Rolando) chama-se Orlando.

“descrepar, nem fugir um só ponto da Lei do [seu] Deos.” (HISTORIA..., 1864, p.46). Tendo como origem o Decálogo, é o texto escrito que fornece ao sujeito um modelo da unidade da Lei. É também a noção de uma literalidade da escrita que molda o conceito de fidelidade à fala que os pares têm. O Duque de Nemé, por exemplo, garante tal fidelidade a Carlos Magno afirmando que os pares, “sem descrepar um ponto” (HISTORIA..., 1864, p.66), fariam o que dissesse. Ademais, é essa literalidade que proporciona o próprio conceito de autoria, já que é apenas quando um texto é percebido como uma composição específica e intencional que se pode ter acesso ao autor e sua mensagem.

Uma noite, quando Carlos Magno contempla o céu, nota algumas novas estrelas, “que de sí mostravão fazer algum caminho.” (HISTORIA..., 1864, p.153). Sem saber o que significavam aquelas estrelas, Carlos Magno ora para que Deus lho dê a conhecer, e Deus então envia-lhe São Tiago para explicar-lhe o que deveria compreender a partir delas. É, portanto, a percepção que Carlos Magno tem de uma composição bastante particular e definida que lhe permite reconhecer uma certa escrita. Entretanto, é somente como reconhecimento de um padrão que se pode falar numa leitura da parte de Carlos Magno, já que ele não pode interpretar o livro de Deus, Sua escrita. O próprio Deus, o Supremo *auctor*, deve lhe revelar o que Ele quer dizer.¹³ Porém, no que diz respeito aos assuntos humanos, como a alteração inicial entre o rei e Roldão, a autoria representa uma perspectiva privilegiada, situada fora da cena narrada, mas que pode ser inserida, explicitamente, na própria narrativa. Assim, depois da discussão entre Carlos Magno e Roldão, entramos num capítulo intitulado “De uma reprehensão do Author a Carlos Magno, e Roldão pela questão passada” (HISTORIA..., 1864, p.25), no qual o autor, como o título indica, repreende tanto o rei quanto seu paladino por suas ações. É, por conseguinte, a partir do ponto de vista no qual a autoridade do autor se inscreve que o narrador pode se dar o direito de criticar Carlos Magno.

Indicando o fortalecimento da Lei como Lei escrita e a emergência de uma autoridade autoral num espaço discursivo diferente daquele do Supremo *auctor*, o surgimento de cartas sem emissão oral também aponta para um desenvolvimento histórico. À medida que Carlos Magno conquista terras pagãs e seu império entra numa era de paz, o mundo das letras reaparece como pilar da estrutura social.¹⁴

¹³ Há pontos de contato que persistem entre a sociedade carolíngia e as narrativas de Carlos Magno, que só viriam a aparecer séculos mais tarde. Naquela, a literariedade estava ligada, historicamente, à autoridade que se podia imprimir (ou falsificar) em um texto, sem a qual não se instituiriam a correção e uniformidade das condutas morais e religiosas (COSTAMBEYS et al., 2011, p.143). Isso é o que transparece na *Admonitio generalis*, onde Carlos Magno convoca os homens da igreja a corrigirem os salmos, os cânticos, o calendário, a gramática e os livros católicos, uma vez que “[...] alguns freqüentemente desejam orar a Deus com propriedade, mas oram mal por causa de livros incorretos.” (ADMONITIO, 1961, p.173, tradução nossa).

¹⁴ Conforme aponta McKitterick (2008, p.320), na administração carolíngia a capacidade de ler

Diferentemente do Trajano semianalfabeto de *Angústia*, desde o começo Carlos Magno é descrito como leitor de livros sobre a moral e as ciências espirituais (HISTORIA..., 1864, p.4), mas, somente quando finalmente vence o Almirante Balão e recupera as Santas Relíquias é que a cultura letrada novamente ganha importância na narrativa. Carlos Magno adverte tanto Gui de Borgonha quanto Ferrabraz: “[...] tenhais sempre as vossas fortalezas bem guarnecidas, e estimeis muito os soldados, e lhes façais muitas honras, e também aos homens letrados, porque estes são as columnas da Fé e aquelles, dos vossos Reinos.” (HISTORIA..., 1864, p.152). O que estava em jogo, uma vez que a paz fora alcançada, não era mais reconquistar terras cristãs nem recuperar relíquias, mas sim compreender como se deveria ler a Sagrada Escritura e como lidar com a dicotomia que o apóstolo Paulo mantinha entre a letra e o espírito. Apesar das falhas inerentes à escrita, as letras passam a ser não apenas o resultado de sua fé em Deus, mas também o caminho na compreensão dos Seus desígnios. No final das contas, é o conhecimento das letras como revelação que distinguirá os cristãos dos infiéis, como se vê ao final da narrativa.

O autor adverte os leitores da possibilidade de que as leis escritas por Bernardo del Carpio refletissem a barbárie das campanhas de guerra, que é justamente como o narrador vê a escrita das leis muçulmanas. Sem “a cultivacão das escolas, e sómente entre os horrores da guerra”, os muçulmanos “[...] não puderão sahir do engolfado da barbaridade, em que seus entendimentos se tinham sobmergido, tinham elles contra sí o pouco temer de Deos para os illuminar” (HISTORIA..., 1864, p.437). Sua leis refletem isso. Bernardo, ao contrário, crescera no temor a Deus, dentro das normas da religião católica, da caridade e piedade, e é esse voltar-se ao divino cristão que lhe permite recopilar as Leis, “com tal prudencia, e erudição dictadas, com tal Religião escritas, e com tanto acerto explanadas, que por muitos tempos forão a base” dos governos cristãos (HISTORIA..., 1864, p.436). Assim sendo, “[...] ainda que o horrído das batalhas, o rustico das campanhas, e a barbaridade das destruições, e incendios lhe dictassem a composição da vida, não lhe offuscãrão a luz da justiça, para que, qual outro Julio Cesar, usasse tanto da espada, como da penna.” (HISTORIA..., 1864, p.437). Ao fim e ao cabo, a escrita também funciona como um modelo de preservação dos feitos de Bernardo bem depois de sua morte. Se, por um lado, seus feitos heróicos e suas virtudes garantem-lhe vida eterna para sua alma, por outro, também deixam a fama de sua valentia “[...] escrita na eterna memoria dos homens, como em ideada Chronica.” (HISTORIA..., 1864, p.439). As ações tornam-se então uma forma de escrita.

e escrever era um requisito que trazia consigo enormes vantagens, pois representava um meio de ascensão social e de participação na liderança política, constituindo, portanto, marca de pertencimento ao universo franco que Carlos Magno ampliara. Para um estudo mais detalhado sobre a escrita na sociedade carolíngia, ver McKitterick (1989).

Uma vez que a *História do Imperador Carlos Magno* responde a diferentes períodos históricos, o legado que Camilo deixa a Luís da Silva em *Angústia* não é apenas o reforço, mediante o universo simbólico das letras, de uma conexão entre o mandar e o fazer, baseada numa proximidade entre o campo da fala e o da ação. Nem é tão somente uma questão de crer mais nas ações do que no discurso (oral ou escrito), já que são as ações que realmente determinam o ser do sujeito. Para além desses elementos, o legado de Camilo, mediante a leitura das histórias de Carlos Magno, inscreve-se no desenvolvimento da História bem como no da narrativa, exigindo que o sujeito enfrente o emergente papel da escrita na sociedade assim como a literalidade que ela favorece. A escrita torna-se um modelo para a perspectiva que o sujeito tem do mundo e da justiça sob a qual esse deve ser governado. Fazer justiça ao ser do sujeito ou às suas ações passa a ser como fazer justiça a um texto, às palavras do autor, reconhecendo, desse modo, sua autoridade.

Discrepâncias entre a primeira parte e a segunda forçam os personagens a negociar suas diferenças com relação ao mundo cavaleiresco que lhes foi passado. Na segunda parte, a fidelidade de Roldão à sua amada, Angelica, parece ter precedência sobre sua lealdade ao rei, e o paladino resolve esse conflito com a seguinte afirmação: “[...] parece-me que maior serviço farei a Carlos Magno em ir para onde quero, que em ir comvosco [os outros pares]” (HISTORIA..., 1864, p.237). Em vez de fazer exatamente como lhe fora mandado, Roldão agora tenta adivinhar a vontade do rei, assim justificando sua ação. Como os outros deveriam interpretar tal decisão – se servindo ao rei ou indo contra sua vontade – permanece, no entanto, equívoco, e pressentindo uma reação negativa, Roldão diz a Ricarte, que o acompanha: “– Parece-me, Ricarte, que vás agora no teu coração dizendo muitos males desta minha resolução.” (HISTORIA..., 1864, p.238). Mas, apaziguando Roldão, Ricarte responde que louva seu desejo de salvar a princesa que se encontrava em perigo, mas que teme por estarem sós em terra inimiga. O honrar a palavra, na segunda parte, também é substituído por uma estratégia por meio da qual se avaliam os “prós” e os “contras” de uma dada situação. Por exemplo, Roldão ameaça de morte alguns soldados turcos se esses não lhes revelassem o nome de um castelo, e mesmo obtendo as informações desejadas, ainda assim Roldão e Ricarte decidem matá-los. “Pelo pouco não se ha de perder o muito”, pondera Ricarte, e conclui: “[...] estes são infieis, e muito certo é que nos fação traição, e assim parece-me que os matemos: porque se nos descobrem, é muito o que se perde.” (HISTORIA..., 1864, p.239). Do mesmo modo, a afirmação do ser do sujeito por meio de ações dá lugar à “indústria”, ou seja, uma forma habilidosa (para não dizer mesmo esperta ou manhosa) de se alcançar um objetivo, utilizando-se por vezes do fingir ser quem não se é. Implícita na prática da “indústria” está uma avaliação estratégica dos meios e fins, a qual contraria a coragem quase suicida que caracteriza os pares na primeira parte da narrativa. Todos esses casos exemplificam a negociação que deve

se dar entre um legado e a necessidade de se responder a nova estruturas e relações, negociação essa que é bastante ambígua, no sentido de que essas contradições não são percebidas como tais.¹⁵ Ainda mais modelar para Luís da Silva é a história de Bernardo del Carpio na terceira parte da *História do Imperador Carlos Magno*. Bernardo pertence à aristocracia, mas seu tio, o rei de Astúrias e León, manda o pai de Bernardo para a prisão e a mãe para um convento, como punição por sua união. Sem saber que fazia parte de uma linhagem aristocrática, Bernardo cresce em meio a montanhesees, sem que pudesse conceber a si mesmo como alguém diferente daqueles que o cercavam. Entretanto, por seu valor, Bernardo recobra sua posição aristocrática e, acima de tudo, realiza uma transição que vai de um desdém aos livros – quando Bernardo está sendo raptado pelo feiticeiro Oronte, afirma que o seu valor vale mais que os livros de Oronte (HISTORIA..., 1864, p.350) – a um letramento que resulta na escrita das Leis.

Como texto que representa uma negociação entre um legado e o tempo presente, *História do Imperador Carlos Magno* poderia ter funcionado como modelo interpretativo (e actancial) tanto para Camilo como para Luís da Silva. Afinal de contas, inerente à leitura de histórias estaria a capacidade de se pôr no lugar dos personagens, aplicando o mundo ficcional ao real, como quando Luís, garoto ainda, associa, na história de um pintor e seu cão que se afoga, o rosto do pintor com o de seu pai ao mesmo tempo que via semelhanças entre si mesmo e o cão (RAMOS, 1997). Para Luís, a leitura da história de Carlos Magno e dos doze pares poderia de fato representar uma maneira de reatar os laços com o universo de seu avô e de seu pai. “Para que me habituei a ler papel impresso, a ouvir o rumor de linotipos?” – Luís se pergunta. “Desejaria calçar alpercatas”, remata Luís, “[...] descansar numa rede armada no copiar, não ler nada ou ler inocentemente a história dos doze pares de França” (RAMOS, 1997, p.157-158). Mas como, exatamente, se pode ler uma história inocentemente? Em seu estudo sobre cinco livros que foram extremamente populares no Brasil, incluindo a *História do Imperador Carlos Magno*, Câmara Cascudo (1953, p.27) propõe que sua popularidade advém de uma necessidade do maravilhoso (ou de um amor pelo mesmo), que “a imperecível criança..., vivendo em nós ainda” abraça. Essa criança, e suas leituras, representaria as “horas mais realmente sinceras de nossa existência mental”, bem como “a legítima defesa da renovação das fontes profundas e vivas da personalidade.” (CASCUDO, 1953, p.27). A infância como serena etapa de nossas vidas – serena porque o sujeito aparentemente coincide consigo mesmo – é certamente uma noção que se aplica a Luís da Silva, como horizonte de um desejo imaginário. No entanto, o que mais

¹⁵ Bleger (1967, p.171) aponta para uma distinção psicanalítica entre ambiguidade e ambivalência. No primeiro caso, “nada é afirmado nem negado totalmente” (ibidem, tradução nossa), já que o sujeito não percebe nem uma contradição nem um conflito entre termos que coexistem, mas não se excluem. Na ambivalência, ao contrário, dois termos antinômicos são fundidos num único objeto, sendo essa fusão percebida pelo sujeito como uma contradição (BLEGER, 1967, p.167-168).

importa aqui é que esse “inocentemente” a que Luís da Silva alude indica que a leitura faz ressoar a voz inscrita no texto, como se essa repercutisse dentro do sujeito, apesar deste. Ler inocentemente é, portanto, análogo ao funcionamento “mágico” dos textos nos corpos dos leitores mais crentes.

Segundo o próprio Luís da Silva, ele já não se comove com romances fantásticos, “[h]istórias fáceis, sem almas complicadas” (RAMOS, 1997, p.90), o que quer dizer que precisava reagir ao momento histórico presente e, como os pares na segunda parte da *História do Imperador Carlos Magno* e Bernardo na terceira, negociar suas discrepâncias com seu legado. Conforme Luís também afirma, as alianças entre os cangaceiros e os terra-tenentes parecem ter se quebrado, já que os descendentes dos antigos escravos, muitos dos quais formavam a progênie bastarda dos donos das terras, não mais respeitavam as autoridades (RAMOS, 1997, p.158). Os novos cangaceiros “[...] começavam a desacatar os descendentes dos antigos senhores [...], queimando propriedades, violando moças brancas, enforcando os homens ricos nos ramos das árvores.” (RAMOS, 1997, p.143). Isso não quer dizer, no entanto, que a leitura da *História do Imperador Carlos Magno e dos doze pares de França* contradiga necessariamente o presente histórico e seus desenvolvimentos político-sociais, representando tão somente uma fixação num passado que não mais se sustenta. A imagem mais emblemática dessa fixação seria a de Camilo, que “ficava dias inteiros manzanzando numa rede armada nos esteios do copiar, [...], lendo o *Carlos Magno*, sonhando com a vitória do partido que padre Inácio chefiava” (RAMOS, 1997, p.11). Se pensarmos na estreita relação entre Igreja e poder local, a leitura de Camilo da *História do Imperador Carlos Magno* insere-se num movimento assaz conservador. Abalados (ou até mesmo rompidos) os elos entre coronéis e a massa popular, o mesmo conservadorismo carolíngio parece perder alento, levando a outras leituras. O que a *História*, seguindo as reviravoltas da história, requer contemporaneamente de Luís da Silva é justamente que ele consiga realizar uma transição de um universo determinado pela ação a um outro universo, o letrado, tal qual Bernardo del Carpio e o próprio Carlos Magno o fizeram.

ROCHA, F. de S. An emperor in the backlands: *Angústia* and the legacy of *Carlos Magno*. *Itinerários*, Araraquara, n.35, p.61-76, Jul./Dez., 2012.

- **ABSTRACT:** *In the 1936 novel Angústia, by Graciliano Ramos, História do Imperador Carlos Magno e dos doze pares de França appears as the protagonist's father's reading. In this article I analyze how História do Imperador Carlos Magno e dos doze pares de França functions as an indication of the linguistic legacy that Luís da Silva, the protagonist in Ramos's novel, must face. Such legacy entails a transition from a world determined by action to a lettered universe.*

■ **KEYWORDS:** *Speech. Writing. História do Imperador Carlos Magno. Legacy. Angústia.*

Referências

ADMONITIO generalis. In: EASTON, S. C.; WIERUSZOWSKI, H. (Org.). **The era of Charlemagne: Frankish State and Society.** Princeton: D. Van Nostrand Company, 1961. p.173.

BÍBLIA. **2 Coríntios.** Disponível em: < <http://www.bibliaonline.com.br/acf/2co/1> >. Acesso em: 20 jan. 2012.

BIDERMAN, M. T. C. A epopéia de Carlos Magno: da França medieval ao Brasil moderno. **Revista Portuguesa de Filologia**, Coimbra, v.25, n.2, p.797-836, 2003/2006.

BLEGER, J. **Simbiosis y ambigüedad:** estudio psicoanalítico. Buenos Aires: Paidós, 1967.

BOURDIEU, P. **The rules of art:** genesis and structure of the literary field. Stanford: Stanford University Press, 1996.

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: _____. **Pontos e bordados:** escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. p.130-153.

CARVALHO, L. H. **A ponta do novelo:** uma interpretação de *Angústia*, de Graciliano Ramos. São Paulo: Ática, 1983.

CASCUDO, L. da C. **Cinco livros do povo:** introdução ao estudo da novelística no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

COSTAMBEYS, M. et al. **The Carolingian world.** Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

HISTORIA do Imperador Carlos Magno, e dos doze pares de França, augmentada com a noticia circumstancial das estaturas, e fisionomias do Imperador Carlos Magno, e dos doze pares de França. Lisboa: Typ. de Mathias Joze Marques da Silva, 1864.

KUNZ, M. A transversalidade da voz: Carlos Magno da Idade Média ao sertão. In: MIRANDA, J. et al. (Org.). **Imaginários sociais em movimento:** oralidade e escrita em contextos multiculturais. Campinas: Pontes, 2006. p.213-221.

MÁRQUEZ VILLANUEVA, F. El sondeable misterio de Nicolás de Piamonte (problemas del “Fierabrás” español). In: _____. **Relecciones de literatura medieval.** Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1977. p.95-134.

MARTINS, M. A gesta peninsular de Carlos Magno em galaico-português. **Brotéria**. Cultura e Informação, Lisboa, v.74, p.283-292, 1962.

MCKITTERICK, R. **Charlemagne**: the formation of a European identity. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. **The Carolingians and the written word**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

MEYER, M. **De Carlos Magno e outras histórias**: cristãos e mouros no Brasil. Natal: Ed. da UFRN, 1995.

MOURÃO, R. **Estruturas**: ensaio sobre o romance de Graciliano. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1971.

OLSON, D. R. **The world on paper**: the conceptual and cognitive implications of writing and reading. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

QUEIROZ, M. I. P. de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

RAMALHO, E. B. Poetas de hoje improvisam e contam a história de Carlos Magno. In: BIANCIOTTO, G. et al. (Ed.). **L'Épopée romane**. Poitiers: Centre d'Études Supérieures de Civilisation Médiévale: Université de Poitiers, 2002. p.79-86.

RAMOS, G. **Angústia**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. **Caetés**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

Recebido em: 30/01/2012

Aceito em: 18/12/2012